



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 – PMBP/PI**

**O MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ**, por meio de seu/sua Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no uso de suas atribuições, tornam público que, de acordo com as **Leis Federais n.ºs 10.520/2002 e 8.666/1993** e suas alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e nos termos deste edital, realizará, às **10:30 (dez horas e trinta minutos) do dia 08 de março de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí, situada na Avenida Primavera, nº 699, Centro, Boqueirão do Piauí-PI, a sessão de abertura do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, adjudicação POR LOTE**, para contratação de empresa, por meio de registro de preços, para fornecimento de materiais elétricos, materiais hidráulicos e sanitários, materiais arenosos, materiais de construção em geral, bombas e caixas d'água, para atender as necessidades das Secretarias de Boqueirão do Piauí, na forma abaixo:

**DATA DA SESSÃO:** 08 de março de 2019

**HORÁRIO:** 10h30min.

**LOCAL:** na sede da Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí, situada na Avenida Primavera, nº 699, Centro, Boqueirão do Piauí-PI.

**INFORMAÇÕES:** Sede da Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí, situada na Avenida Primavera, nº 699, Centro, Boqueirão do Piauí-PI, no horário de 08:00 às 12:00h.

**CAPÍTULO I – DO OBJETO:**

1.1. Esta licitação tem por objeto a contratação de empresa, por meio de registro de preços, para fornecimento de materiais elétricos, materiais hidráulicos e sanitários, materiais arenosos, materiais de construção em geral, bombas e caixas d'água, para atender as necessidades das Secretarias de Boqueirão do Piauí, conforme detalhamento, especificações e demais exigências previstas no Anexo I, que descreve os bens a serem fornecidos como parte integrante deste edital.

**CAPÍTULO II - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e habilitação, disposto neste Edital.

2.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/193 e ainda em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1. Empresas concordatárias que se encontrem em processo falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aquelas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer órgão ou ente integrante da Administração.

2.2.2. Empresas cujos sócios, diretores, representantes legais e/ou responsáveis técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam funcionários,



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

conselheiros, inspetores, diretores, empregados ou ocupantes de cargos comissionados no Município de Boqueirão do Piauí;

2.3. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame, sob coordenação do Pregoeiro qualificado.

2.4. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data deliberada pelo Pregoeiro e equipe com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital.

### **CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO:**

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.2. O representante legal e/ou o procurador deverão identificar-se exibindo original e cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma licitante.

3.4. A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da licitante por ele representada da fase de lances, salvo por determinação expressa e fundamentada pelo Pregoeiro.

3.5. Os interessados ou seus representantes apresentarão declaração, fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes de proposta de preço e habilitação;

3.6. Declaração informando o porte da empresa, sob pena de preclusão do direito de preferência de contratação, prevista no art. 44 c/c o art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, devendo citar o seu porte - quando se tratar de empresa de pequeno porte ou Microempresa, para que seja aplicada a Lei Complementar Nº 123/06.



#### **CAPÍTULO IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. A **declaração de pleno atendimento** aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital deverá ser apresentada **fora dos Envelopes nºs 1 e 2.** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro no momento da sessão, com registro da ocorrência em ata.

4.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**Envelope nº 1 – Proposta de Preços**

**Pregão nº 006/2019**

**Empresa:**

**Envelope nº 2 – Habilitação**

**Pregão nº 006/2019**

**Empresa:**

4.3. A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

4.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, por ele designado.

4.5. Declarado encerrado o recebimento dos envelopes, será declarado **ENCERRADA A FASE DE CREDENCIAMENTO**, sendo consignado horário em Ata, momento que não mais serão admitidos novos participantes.

#### **CAPÍTULO V – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA COMERCIAL**

Deverão obedecer às especificações e condições previstas neste Edital.

5.1. A proposta comercial deverá conter no mínimo os seguintes elementos:

a) Nome, endereço e CNPJ;

b) Número do Pregão;

c) Descrição, de forma clara e sucinta, **com indicação de marca** do objeto desta licitação em conformidade com as especificações detalhadas no Anexo I deste Edital;

d) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias;

d.1.) Se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 dias;

e) entrega na sede da prefeitura do Município de Boqueirão do Piauí;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

f) Para efeito de cotação, deverão ser apresentados os valores dos itens descritos, em moeda corrente nacional, em algarismo e/ou por extenso deverá também estar incluído, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas relacionadas com o fornecimento dos bens;

g) A falta do valor por extenso não será motivo para desclassificação da proposta desde que o valor esteja explicitado de outra forma e desde que não reste margem de dúvida para efeito de julgamento.

h) A falta da data, rubrica, CNPJ (ou CPF) e/ou endereço completo, poderá ser suprida pelo Representante Legal na sessão desde que tenha poderes para esse fim, ou mesmas omissões formais que não comprometam a essência da proposta.

5.2. O preço registrado permanecerá fixo e irrevogável pelo período mínimo de 12 (doze) meses, exceto quando confirmado motivo justo para revisão ou atualização.

5.3. Pela simples participação nesta licitação a Empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no Edital;

## **CAPÍTULO VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”.**

O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

### **6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

6.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

6.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

6.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Cooperativa, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, quando a atividade assim o exigir.

6.1.6. Os documentos relacionados nos itens "6.1.1." a "6.1.5." deste subitem não precisarão constar do envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade;

6.2.2. Certidão negativa de débito tributário e da dívida ativa com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou do domicílio da licitante, ou outro equivalente, na forma da lei, aceita pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de sua emissão, se outro prazo de validade não constar no documento;

6.2.3. Certidão de regularidade de débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

6.2.4. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

**c) Situação Econômica – Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência ou em Processo de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo Distribuidor do Fórum da sede da pessoa jurídica.

**d) Qualificação Técnica**

a) Comprovação de que a licitante forneceu ou fornece gêneros alimentícios compatíveis com o objeto deste Pregão, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, reconhecidamente idônea(s), com firma Reconhecida;

**6.3. OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

6.3.1. Declaração da licitante subscrita por seu representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, de cumprimento do disposto no inciso XXXII do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal e na Lei 9.854/1999, nos termos do Anexo IV;

6.3.2. Declaração da licitante subscrita pelo representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, assegurando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração.

**6.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

6.4.1. É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Boqueirão do Piauí em vigor, para participar de licitações junto à Administração Pública Municipal, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens **6.2, 6.3, 6.4 e 6.5**, todos deste Capítulo VI, que embora tenham sido apresentados para o cadastramento, devem ter seus respectivos prazos de validade aferidos, na data de apresentação das propostas.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

6.4.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de apresentação das propostas, salvo as restrições da Lei.

6.4.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.4.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão inabilitadas.

6.4.5. Os documentos exigidos e obtidos através de sites terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que, havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observando o disciplinamento constante do item anterior.

## **CAPÍTULO VII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

7.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.2. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, em sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame, sob coordenação do Pregoeiro.

7.3. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data deliberada pelo Pregoeiro e equipe com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital.

7.4. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, fora dos envelopes, de acordo com o estabelecido no Capítulo III deste Edital e, **em envelopes separados**, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.5. Encerrado o credenciamento, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

### **7.6. JULGAMENTO**

7.6.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço por lote.

7.6.2. Para cada lote será declarado um vencedor. Serão admitidos, ainda, lances que deverão ser registrados como classificáveis, com a finalidade de atender demandas não supridas pela empresa com preços registrados, na ordem de classificação.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

7.6.3. Considera-se como empresa classificável aquela que, as propostas atendam aos requisitos contidos no edital e anexos, declare aceitar exigências propostas para efeito de posterior contratação e não apresentem preços inexequíveis ou exorbitantes por ordem decrescente de seus preços. Assim a primeira colocada será a de menor preço, a segunda colocada a que tenha apresentado o segundo menor preço, e assim sucessivamente.

7.6.5. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

7.6.6. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, com base no valor mensal ou total, que serão tomados como corretos. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.6.7. As propostas selecionadas para a etapa de lances observarão aos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

7.6.8. Será aplicada a Lei 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte que participarem do certame.

7.6.9. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

7.6.10. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

7.6.11. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante daquela etapa de lance e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação dos próximos lances.

7.6.12. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.6.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou conforme determinar o Pregoeiro no momento da sessão, quando definir margem de lances.

7.6.14. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

7.6.14.1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

7.6.14.2. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;

7.6.14.3. A apresentação de novas propostas na forma do **item 7.6.14.2.** não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.6.15. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa seguinte, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado e aceito pelo Pregoeiro.

7.6.16. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vista a reduzir ainda mais o preço.

7.6.17. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

7.6.18. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes quaisquer composições de preços unitários do fornecimento dos bens, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, no prazo a ser definido pelo Pregoeiro.

7.6.19. Considerada aceitável a oferta de menor preço para o item, somente será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação quando concluído o julgamento de todos os demais itens.

7.6.20. Eventuais falhas ou omissões nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, podendo ainda ser efetuada verificação por meio eletrônico hábil de informações.

7.6.20.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto impossibilidade devidamente justificada.

7.6.20.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, inabilitará a licitante.

7.6.21. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma ou mais oferta, aceitável cujo autor(es) atenda(m) os requisitos de habilitação, caso em que será(ão) declarado(s) vencedor(es).

7.6.22. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será (ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

7.6.23. O vencedor deverá, após devidamente convocado, no prazo de 2 (dois) dias contados da data da convocação, comparecer a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

Piauí/PI para assinar a ata de registro de preços, quando pendente, sob pena de submeterem-se as penalidades previstas neste edital.

7.6.24. Quando o vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a ata serão convocadas as demais licitantes classificáveis, com vistas à assinatura da ata do registro, sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento.

## **7.7. PROCEDIMENTO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.7.1. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e não sendo a proposta válida classificada em primeiro lugar de empresa desse porte, serão adotados os seguintes procedimentos:

7.7.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7.3. Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.7.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

7.7.3.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.7.3.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.2.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.7.3.4. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 7.2.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.7.3.4. O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **CAPÍTULO VIII – DA IMPUGNAÇÃO:**

8.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por ilegalidade, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, na forma do §1º do art. 41 da Lei 8.666/1993.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

8.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital deste certame o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para entrega dos envelopes, na forma do §2º da Lei 8.666/1993.

8.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, obrigada que fica a nova publicação, exceto quando a alteração não afetar formulação das propostas, conforme prevê o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/1993.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da abertura da sessão ou depois da abertura dos envelopes de propostas, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**CAPÍTULO IX – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DO ATO DE CONTROLE FINAL:**

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para realização do ato de controle final.

9.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente registrará o preço do objeto do certame da licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.5. Os preços serão registrados por itens, considerando a totalidade e necessidade do objeto, sempre tendo em vista a necessidade da Administração contratante.

9.6. A Ata de Registro de Preços será formalizada e será subscrita pela autoridade competente.

9.7. A licitante que convocada para assinar a Ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, sem justificativa plausível, dela será excluída, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital.

9.8. Colhidas as assinaturas, a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI providenciará a imediata publicação da Ata, sob forma de extrato. Caso ocorra hipótese do subitem anterior, será também publicado o ato que promover a exclusão.

9.9. Os preços registrados em Ata serão publicados trimestralmente na imprensa Oficial para fins de acompanhamento e controle, passivos de revisão por provocação ou de ofício, mediante a devida motivação que deverá permanecer acostada ao processo.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

9.10. Os órgãos não participantes poderão fazer uso da ata de registro de preços.

9.10.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços gerada por este certame, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**CAPÍTULO X – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO REGISTRADO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

10.1. O objeto desta Licitação será entregue de acordo com as necessidades dos órgãos/entes, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.1.1. Outro prazo para entrega do objeto poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração;

10.1.2. Não haverá quantitativo mínimo para fornecimento dos produtos, cabendo a empresa fornecer exatamente aquilo que for solicitado na ordem de fornecimento.

10.2. O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, respeitando a previsão do órgão ou ente contratante.

10.2.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento e fiscalização caso detectarem vícios aparentes ou confirmados depois do objeto ser submetido a testes, se necessário, em recebimento provisório, na forma do art. 73, II da Lei n.º 8.666/1993.

10.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;

b) referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.

10.4. Nos termos dos artigos 73 a 76 da lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

10.4.1. Provisoriamente no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

10.4.2. Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

**CAPÍTULO XI – DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.**

11.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos possíveis parcelamentos.

11.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidos ajustes. Nesse caso, o prazo estabelecido para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente saneada.

11.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do contratado ou por cheque nominal, dependendo da possibilidade e forma de fornecimento do bem.

11.4. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para o justo preço do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, na forma da Legislação.

**CAPÍTULO XII – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:**

12.1. Após os atos conclusivos do procedimento licitatório, de homologação e publicação do extrato da Ata de Registro de Preço, poderá a Administração celebrar contratos com os vencedores da licitação nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

12.2. O fornecedor, após ser convocado para celebrar contrato, deverá providenciar e encaminhar a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação as certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, constante no item 6.2. do Edital, sob pena da contratação não se concretizar.

12.3. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da registrada perante referidas no subitem anterior, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.4. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Registrada será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar, quando for o caso.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

12.5. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

12.6. Podem ser dispensados da apresentação das certidões, os fornecedores de material de pronto atendimento, na forma do parágrafo 1º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993.

12.7. O fornecedor do bem deverá, no prazo de 03 (três) dias, contados da data da convocação, comparecer ao Órgão Contratante para retirar a Ordem de Fornecimento (ou instrumento equivalente).

12.8. O prazo para a entrega do bem deverá constar na respectiva ORDEM/AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS, conforme ajustado com o contratante, sem prejuízo de prazo, previsto neste edital.

12.9. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará ao Registrado direito a qualquer espécie de indenização.

12.10. O fornecimento do bem ficará condicionado à necessidade e interesse do órgão contratante.

### **CAPÍTULO XIII – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS:**

13.1. Os bens similares às especificações dos objetos contemplados neste certame poderão ser renegociados com as empresas que tiverem seus preços registrados (detentores da ata), somente na hipótese do asseguramento de reais vantagens para a contratação, o que deve ser justificado no processo administrativo, sempre tendo como parâmetro o preço registrado e as condições reais de mercado.

13.2. A renegociação, no ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade e qualidade do bem demandado, ficando estipulado como parâmetro máximo, o preço registrado correspondente ao valor da unidade.

### **CAPÍTULO XIV – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO**

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/1993.

14.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos itens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

14.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstar o acesso à fiscalização do Município de Boqueirão do Piauí, no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização do Município de Boqueirão do Piauí; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

14.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Fornecer os produtos em desacordo com o termo de referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

#### 14.4. ADVERTÊNCIA

A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Boqueirão do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Município de Boqueirão do Piauí, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

#### 14.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

14.6. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de Boqueirão do Piauí;

II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I – Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Município de Boqueirão do Piauí.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I – Fornecer produtos em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Município de Boqueirão do Piauí;

II – Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

III – Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

IV – Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

V – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Boqueirão do Piauí.

**14.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Boqueirão do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Boqueirão do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

14.8. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

14.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Boqueirão do Piauí, em caso de reincidência;
- e) apresentarem ao Município de Boqueirão do Piauí qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/1993.

14.10. Independentemente das sanções a que se referem os itens 15.2. a 15.4., o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Município de Boqueirão do Piauí propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

14.11. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

14.12. As sanções serão aplicadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.13. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.14. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/1993, nos casos:

- I - Administrativamente, nos seguintes casos:





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Boqueirão do Piauí a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) Atraso injustificado no fornecimento;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Boqueirão do Piauí;
- f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Boqueirão do Piauí;
- g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
- i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Boqueirão do Piauí, ponham em risco o fornecimento;
- j) Dissolução da sociedade contratada;
- l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Boqueirão do Piauí, prejudique a execução do Contrato;
- m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pelo Município de Boqueirão do Piauí e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Boqueirão do Piauí por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Boqueirão do Piauí, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra,



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

14.15. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.16. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras “l”, “m”, “n” e “o”, do inciso “I” do 15.14., sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

II – Pagamento do custo da desmobilização

14.17. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” “i”, “j”, “k” “l” e “q”, poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Boqueirão do Piauí;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;

III - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Boqueirão do Piauí.

14.18. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de Boqueirão do Piauí, que poderá dar continuidade às obras, serviços e fornecimento por execução direta ou indireta.

14.19. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Boqueirão do Piauí, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras, serviços e fornecimento, sem prévia e expressa autorização do Município de Boqueirão do Piauí.

14.20. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

14.21. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

15.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes, tantas quantas necessárias para consecução do fim desta licitação, sem prejuízo da Ata final.

15.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

15.2.2. Se não houver tempo suficiente para a finalização da etapa competitiva ou para abertura dos envelopes “Documentação” na mesma sessão, em face do exame da proposta/documentação com as exigências do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em atas e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada pelo Pregoeiro.

15.3. Todos os documentos de habilitação e propostas de preços cujos envelopes forem abertos na sessão serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos menos dois licitantes presentes.

15.4. O resultado final desta licitação será divulgado no Diário Oficial dos Municípios.

15.5. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na sede da Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, até 30 (trinta) dias após a publicação da Ata de Registro de Preços, sendo posteriormente enviado para reciclagem em instituição que realize tal aproveitamento.

15.6. Os casos omissos desta licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.

15.7. Omissões, equívocos meramente formais, fatos supervenientes, conflitos ou outras situações porventura vivenciadas, inclusive atrasos, serão decididos pelo Pregoeiro, com a finalidade conferir agilidade ao feito.

15.8. Para maior controle e organização da Administração, o licitante ao retirar o Edital, deverá obrigatoriamente deixar seus dados e endereço para contato, na Sala da Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, sob pena de ficar impossibilitado receber notificações e avisos de modo geral pertinentes ao procedimento licitatório.

15.9. Se o contratado, conforme o caso, oferecer os bens promocionais ao mercado consumidor local ou nacional, estará obrigado a estender tal vantagem a Administração.

15.10. Os bens similares às especificações dos objetos contemplados neste certame **poderão** ser renegociados com as empresas que tiveram seus preços registrados, apenas nas hipóteses de



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

conveniência da contratante, devendo ser justificado no processo administrativo, sempre tomando por parâmetro o preço registrado e as condições reais de mercado.

15.11. A renegociação, por ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade demandada, ficando estipulado como parâmetro máximo o preço registrado que compreende o valor da unidade.

15.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Capitão de Campos do Estado do Piauí.

15.13. Integram este Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Ata de Registro de Preço;
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo IV – Minuta de Declarações.

Boqueirão do Piauí (PI), 15 de fevereiro de 2019.

Deuzita Núbia Barbosa Magalhães  
Pregoeira do Município de Boqueirão do Piauí – PI

<b>ANEXO I</b>
----------------

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - ORIENTAÇÕES GERAIS AOS LICITANTES:**

- 1.1. Os bens abaixo discriminados deverão ser cotados da forma unitária devendo ser declarado, na proposta, o preço unitário;
- 1.2. Sem prejuízos das exigências habilitatórias contidas no edital, para fins de habilitação técnica, encontram-se especificados, no anexo, as exigências para a comercialização do bem;
- 1.3. Será facultada, ao órgão solicitante, a vistoria nas dependências das Registradas, para avaliar as condições das instalações físicas, pessoal e aparelhamentos disponíveis para atender o objeto da licitação;
- 1.4. Devem ser garantidas aos órgãos e entes solicitantes as mesmas vantagens e garantias asseguradas ao particular;
- 1.5. Nos preços contidos na proposta deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, taxas, transportes, encargos sociais, dentre outros.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**2. DESCRIÇÃO E FORMA DE COTAÇÃO**

**Lote 1**

<b>Item</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD</b>	<b>V.UNIT</b>	<b>V.TOTAL</b>
1.	BOCAL SIMPLES P/ LÂMPADA	UND	220		
2.	BOCAL BASE LUMINÁRIA	UND	1100		
3.	CAIXA TRIFÁSICA	UND	55		
4.	CAIXA MONOFÁSICA	UND	55		
5.	CLIST DE LOUÇA	PAR	1100		
6.	DIJUNTOR MONOFASICO 15 AP	UND	110		
7.	DIJUNTOR MONOFASICO 20 AP	UND	110		
8.	DIJUNTOR MONOFÁSICO 25 AP	UND	110		
9.	DIJUNTOR MONOFÁSICO 30 AP	UND	110		
10.	DIJUNTOR MONOFÁSICO 50 AP	UND	110		
11.	DIJUNTOR MONOFÁSICO 100 AP	UND	110		
12.	DIJUNTOR TRIFÁSICO 30 AP	UND	05		
13.	DIJUNTOR TRIFÁSICO 25 AP	UND	05		
14.	EXTENÇÃO DE 5m	UND	110		
15.	FIO RIGIDO DE 4mm (peça c/ 100m)	UND	110		
16.	FIO RIGIDO DE 6mm (peça c/ 100m)	UND	110		
17.	FIO PENDENTE 0,75mm (peça c/ 100m)	UND	110		
18.	FIO PENDENTE 2,5mm (peça c/ 100m)	UND	110		
19.	FIO PENDENTE 1,5mm (peça c/ 100m)	UND	110		
20.	INTERRUPTOR CONJUGADO	UND	115		
21.	INTERRUPTOR DUPLO	UND	115		
22.	ELETRODUTO GARAGANTA ¾	UND	05		
23.	CABO RIGIDO 10,0mm 750V	METRO	1100		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

24.	ATERRAMENTO (1,20m)	VARA	110		
25.	LÂMPADA MISTA 160W	UND	05		
26.	CLIST DE PLÁSTICO	UND	1100		
27.	FIO 12.0mm (peça)	UND	05		
28.	PONTALETE	UND	05		
29.	TOMADA	UND	550		
30.	INTERRUPTOR DE 1 TEMPO	UND	110		
31.	INTERRUPTOR DE 2 TEMPOS	UND	110		
32.	FITA ISOLANTE 10m	UND	550		
33.	INTERRUPTOR SIMPLES	UND	110		
34.	INTERRUPTOR DUPL COM TOMADA	UND	110		
35.	TOMADA TRIPOLAR	UND	110		
36.	LÂMPADA PL 15W	UND	120		
37.	LÂMPADA PL 25W	UND	220		
38.	LÂMPADA PL 35 W	UND	1150		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	ADESIVO PLÁSTICO 75 GR	UNID	220		
2.	FITA VEDA ROSCA 18MMX10MT	UNID	220		
3.	JOELHO 90° PVC SD 20MM	UNID	330		
4.	JOELHO 90° PVC SD 25MM	UNID	110		
5.	LUVA FG 1. 1/2"	UNID	220		
6.	LUVA PVC SD 20MM	UNID	110		
7.	LUVA PVC SD 25MM	UNID	110		
8.	RÉGISTRO ESFERA PVC SD 20MM	UNID	110		
9.	SERRA FLEXÍVEL BIMETALICA	UNID	110		
10.	TÊ PVC SD 20MM	UNID	110		
11.	TÊ PVC SD 25MM	UNID	110		
12.	TÊ PVC SD 100MM	UNID	55		
13.	TÊ ESGOTO 50mm	UND	110		
14.	TÊ ESGOTO 75mm	UND	110		
15.	TÊ ESGOTO 100mm	UND	220		
16.	TORNEIRA PLÁSTICA DE BICO 1/2"	UNID	220		
17.	TUBO PVC SD 20MMX6MT	PÇ	330		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

18.	TUBO PVC SD 25MMX6MT	PÇ	115		
19.	TUBO PVC SD 32MMX6MT	PÇ			
20.	TUBO PVC SD 40MMX6MT	PÇ	220		
21.	TUBO PVC SD 50MMX6MT	PÇ	220		
22.	TUBO PVC SD 60MMX6MT	PÇ			
23.	TUBO PVC ESGOTO 100MMx6MT	UND	220		
24.	TUBO PVC ESGOTO 75MMx6MT	UND	220		
25.	TUBO PVC ESGOTO 50MMx6MT	UND	220		
26.	TUBO PVC ESGOTO 40MMx6MT	UND	220		
27.	TUBO COLA GRANDE	UND	220		
28.	VASO SANITÁRIO	UNID	115		
29.	CHUVEIRO	UNID	110		
30.	RALO SIMPLES	UNID	110		
31.	CAIXA SIFONADA 100mm	UNID	110		
32.	CAIXA DESCARGA EXTERNA COMPLETA	UND	115		
33.	CANOPLA DESCARGA EXTERNA	UND	115		
34.	ENGATE DESCARGA EXTERNA	UND	115		
35.	ASSENTO P/ VASO SANITÁRIO	UND	115		
36.	TAMPA P/ VASO SANITÁRIO	UND	115		
37.	PARAFUSO P/ VASO SANITÁRIO	UND	115		
38.	VALVULA LONGA	UND	55		
39.	TORNEIRA P/ LAVATÓRIO PLÁSTICO	UND	110		
40.	VEDA ROSCA	UND	115		
41.	MANGUEIRA CRISTAL	METRO	330		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	AREIA GROSSA	M <sup>3</sup>	6600		
2.	AREIA FINA	M <sup>3</sup>	1100		
3.	SEIXO	M <sup>3</sup>	6600		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

4.	PIÇARRA	M <sup>3</sup>	4400		
5.	BARRO	M <sup>3</sup>	4400		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 4**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	TIJOLOS (6 furos)	MILHEIRO	220		
2.	TELHA CANAL	MILHEIRO	220		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 5**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	PEDRA P/ CALÇAMENTO (paralepípedo)	MILHEIRO	110.000		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 6**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	CIMENTO	UND	11000		
2.	SUPERCAL	PACOTE	11000		
3.	ARGAMASSA	PACOTE	5500		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 7**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	LINHA	METRO	2200		
2.	FRECHAL	METRO	1150		
3.	CAIBO	METRO	3300		
4.	RIPAS	METRO	1100		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 8**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	ARAME RECOZIDO	QUILO	1100		
2.	FERRO ¼	BARRA	550		
3.	FERRO ½	BARRA	550		
4.	FERRO 3/8	BARRA	550		
5.	FERRO 4.2	QUILO	330		
6.	FERRO 5.0	QUILO	330		
7.	FERRO 5.16	BARRA	330		
<b>TOTAL</b>					





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**Lote 9**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD</b>	<b>V.UNIT</b>	<b>V.TOTAL</b>
1.	DOBRADIÇAS	UND	330		
2.	FECHADURA EXTERNA	UND	330		
3.	FERROLHO REDONDO	UND	110		
4.	PORTA DE FERRO	UND	220		
5.	FITA CREPE	UND	110		
6.	MAQUITA COM DISCO	UND	02		
7.	DUREPOX G	UND	110		
8.	LUVA DE TECIDO	UND	330		
9.	LUVA DE COURO	UND	550		
10.	CADEADO Nº 25	UND	110		
11.	CADEADO Nº 35	UND	110		
12.	FECHADURA INTERNA	UND	110		
13.	FECHADURA EXTERNA P/ PORTA CORREDIÇA	UND	55		
14.	FECHADURA P/ BANHEIRO	UND	110		
15.	PIA DE INOX 1,20m LISA	UND	110		
16.	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,20m	UND	110		
17.	CERRAMICA ESMALTADA 30x30 CMPEI 4	M <sup>2</sup>	3300		
18.	PORTA DE COMPENSADO 60x2,10m	UND	55		
19.	PORTA DE COMPENSADO 70x2,10m	UND	110		
20.	LAVATÓRIO DE LOUÇA	UND	55		
21.	FECHADURA PARA PORTA	UND	110		
22.	SOLVENTE	LITRO	330		
23.	TINTA PVA EXTERIOR	LATA	1100		
24.	TINTA PVA INTERIOR	LATA	1100		
25.	TINTA ESMALTE SINTETICO	LATA	1100		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

26.	ROLO DE LÃ 9 CM	UND	110		
27.	ROLO DE LÃ 15 CM	UND	110		
28.	PARAFUSO C/ BUCHA	UND	550		
29.	ÁCIDO MURIÁTICO	LITRO	110		
30.	TINTA ESMALTE ALUMÍNIO	LITRO	110		
31.	LIXA P/ FERRO	UND	1150		
32.	LIXA P/ PAREDE	UND	1150		
33.	MASSA CORRIDA 18L	LATA	1150		
34.	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,40m	UND	110		
35.	PORTA PAPEL HIGIÊNICO PLÁSTICO	UND	110		
36.	PORTA TOALHA	UND	110		
37.	TORNEIRA COMUM	UND	115		
38.	PREGO RIPAL 1/14	QUILO	220		
39.	PREGO 2,5/10	QUILO	220		
40.	PREGO CAIBRAL 3x8	QUILO	220		
41.	REGISTRO DE 25	UND	115		
42.	REJUNTE CINZA	QUILO	220		
43.	REJUNTE BRANCO	QUILO	220		
<b>TOTAL</b>					

**Lote 10**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.	CAVADEIRA	UND	55		
2.	ALAVANCAS	UND	55		
3.	TRENA DE FIBRA 30m	UND	55		
4.	TRENA DE FIBRA 50m	UND	55		
5.	SERRA STARETE	UND	110		
6.	ESPATULA	UND	110		
7.	PINCEL Nº18	UND	110		
8.	FOICE	UND	110		
9.	ENXADA	UND	110		
10.	VASOURÃO	UND	115		
11.	PICARETE	UND	110		
12.	ALFANGE	UND	115		
13.	MACHADO	UND	110		
14.	FACÃO GRANDE	UND	110		
15.	CARRO DE MÃO	UND	110		
<b>TOTAL</b>					



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**Lote 11**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
1	TUBO PVC EDUTOR DN 40 1.1/2''	100	TB		
2	TUBO PVC EDUTOR DN 40 2''	50	TB		
3	TUBO PVC SOLD MARRON 50MM	100	TB		
4	LUVA FERRO GALVANIZADO 1.1/2''	50	UND		
5	LUVA FERRO GALVANIZADO 2''	50	UND		
6	CURVA 90° FERRO GALVANIZADO 1.1/2''	20	UND		
7	CURVA 90° FERRO GALVANIZADO 2''	10	UND		
8	UNIÃO FERRO GALVANIZADO 1.1/2''	20	UND		
9	UNIÃO FERRO GALVANIZADO 2''	10	UND		
10	NIPLE DUPLO FERRO GALVANIZADO 1.1/2''	10	UND		
11	NIPLE DUPLO FERRO GALVANIZADO 2''	10	UND		
12	REGISTRO GAVETA BR 1.1/2''	10	UND		
13	REGISTRO GAVETA BR 2''	10	UND		
14	COTOVELO 90° FERRO GALVANIZADO 1.1/2''	10	UND		
15	COTOVELO 90° FERRO GALVANIZADO 2''	10	UND		
16	ABRAÇADEIRA FERRO REFORÇADO 1.1/2''	10	UND		
17	ABRAÇADEIRA FERRO REFORÇADO 2''	10	UND		
18	ADAPTADOR SOLD CURTO 50X1.1/2''	10	UND		
19	ADAPTADOR SOLD CURTO 60X2''	10	UND		
20	UNIÃO PVC SOLD 60MM	10	UND		
21	UNIÃO PVC SOLD 50MM	10	UND		
22	CABO PP 3X10MM2	100	M		
23	CABO PP 3X6MM2	100	M		
24	CABO PP 3X4MM2	100	M		
25	CABO PP 3X2,5MM2	200	M		
26	FITA ISOLANTE 19X10MM	50	UND		
27	FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO 19X10MM	50	UND		
28	ROTOR BOMBEADOR 4R4	50	UND		
29	ROTOR BOMBEADOR 4R5	50	UND		
30	ROTOR BOMBEADOR 4R8	50	UND		
34	DIFUSOR BOMBEADOR 4R4	50	UND		
35	DIFUSOR BOMBEADOR 4R5	50	UND		
36	DIFUSOR BOMBEADOR 4R8	50	UND		
40	BOMBEADOR 4'' 4R4PA-08	3	UND		
41	BOMBEADOR 4'' 4R4PA-20	3	UND		
42	BOMBEADOR 4'' 4R3IA-25	1	UND		
43	BOMBEADOR 4'' 4R3PA-15	3	UND		
44	BOMBEADOR 4'' 4R5PA-10	3	UND		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

45	BOMBEADOR 4'' 4R5PA-15	3	UND		
46	BOMBEADOR 4'' 4R6PC-28	1	UND		
47	BOMBEADOR 4'' 4R5IA-24	1	UND		
48	BOMBEADOR 4'' 4R5IA-29	1	UND		
49	BOMBEADOR 4'' 4R8PB-11	3	UND		
50	BOMBEADOR 4'' 4R8PB-12	3	UND		
51	BOMBEADOR 4'' 4R8PB-15	3	UND		
52	BOMBEADOR 4'' 4R8PB-08	3	UND		
53	MOTOR 4'' S360/2,0-2,5CV/380V	3	UND		
54	MOTOR 4'' S360/2,0HP/220V	3	UND		
55	MOTOR 4'' S350/4,0/4,5HP/380V	3	UND		
56	MOTOR 4'' S230 1,0CV 220V	5	UND		
57	MOTOR 4'' S230 2,0HP 220V	5	UND		
58	MOTOR 4'' S230 1,50HP 220V	5	UND		
59	MOTOR 4'' S230 3,0HP 220V	3	UND		
60	MOTOR 4'' S230 0,5HP 220V	3	UND		
61	MOTOR 4'' S360 1,0HP 380V	5	UND		
62	MOTOR 4'' S360 1,5HP 380V	5	UND		
63	MOTOR 6'' S500 4,5HP 380V	1	UND		
64	MOTOR 6'' S500 6/7HP 380V	1	UND		
65	PAINEL MOD CPD/MO POT 1,0CV 220V	1	UND		
66	PAINEL MOD CPD/MO POT 1,5CV 220V	1	UND		
67	PAINEL OD CPD/MO POT 2,0CV 220V	1	UND		
68	PAINEL MOD CPD/MO POT 2,5CV 220V	1	UND		
69	PAINEL MOD CPD/MO POT 3,0CV 220V	1	UND		
70	PAINEL MOD CPD/MO POT 4,0CV 220V	1	UND		
71	PAINEL MOD CPD/T3 POT 6,0CV 380V	1	UND		
72	PAINEL MOD CPD/T3 POT 4,0CV 380V	1	UND		
73	PAINEL MOD CPD/T3 POT 3,0CV 380V	1	UND		
74	PAINEL MOD CPD/T3 POT 2,5CV 380V	1	UND		
75	PAINEL MOD CPD/T3 POT 1,50CV 380V	1	UND		
76	PAINEL MOD CPD/T3 POT 1,0CV 380V	1	UND		
77	CONTATOR CWN-09 220V	1	UND		
78	CONTATOR CWN-12 220V	3	UND		
79	CONTATOR CWN-18 220V	3	UND		
80	CONTATOR CWN-25 220V	3	UND		
81	RELE TÉRMICO DE 4 – 6,3A	3	UND		
82	RELE TÉRMICO DE 7 – 10A	3	UND		
83	RELE TÉRMICO DE 8 – 12,5A	3	UND		
84	RELE TÉRMICO DE 11– 17A	3	UND		
85	RELE TÉRMICO DE 15 – 23A	3	UND		
86	RELE FALTA DE FASE 380V	3	UND		
87	RELE DE NÍVEL 220V	3	UND		
88	CHAVE DE PARTIDA PDW-04 1,0CV 380V	2	UND		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

89	CHAVE DE PARTIDA PDW-04 1,5CV 380V	2	UND		
90	CHAVE DE PARTIDA PDW-04 5,0CV 380V	2	UND		
91	CHAVE DE PARTIDA PDW-04 7,5CV 380V	2	UND		
92	VOLTIMETRO 0-500	10	UND		
93	AMPERIMETRO 50A	10	UND		
94	TAMPA DO DIAFRAGMA MOT S500/610/760	10	UND		
95	TAMPA DO DIAFRAGMA MOT S330/360	10	UND		
96	TAMPA DO DIAFRAGMA MOT S350	10	UND		
97	ESCORA DE APOIO MOT S500/610	10	UND		
98	ESCORA DE APOIO MOT S760	2	UND		
99	DISCO DE ENCOSTO COMPL MOT S500/610	5	UND		
100	DISCO DE ENCOSTO COMPL MOT S760	2	UND		
101	ANEL GRAFITE PARA MOTOR DE 8 – 37CV	5	UND		
102	PASTILHA DE APOIO MOT S760	5	UND		
103	PASTILHA DE APOIO MOT S500/610	10	UND		
104	PINO GUIA 5X20 MOT S500/610/760	60	UND		
105	PRISIONEIRO 5/16X55	20	UND		
106	PRISIONEIRO 5/16X71	20	UND		
107	RETENTOR 1019NBR	20	UND		
108	BUCHA GUIA MOT 4''	40	UND		
109	BUCHA GUIA MOT 6''	40	UND		
110	TUBO PVC SOLD MARRON 75MM	100	TB		
112	TUBO PVC SOLD 32MM	50	TB		

**Lote 12**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT	UNID	V.UNIT	V.TOTAL
1	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 1,0HP 380V 4"	5	UND		
2	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 1,5HP 380V 4"	5	UND		
3	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 1,0HP 220V 4"	5	UND		
4	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 2,0HP 380V 4"	5	UND		
5	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 3,0HP 380V 4"	5	UND		
6	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 4,0HP 380V 4"	5	UND		
7	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 5,0HP 380V 4"	5	UND		
8	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 1,5HP 220V 4"	5	UND		
9	SERVIÇOS DE REBOB MOTOR SUBM 2,5HP 220V 4"	5	UND		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

10	SERVIÇO DE REBOB MOTOR SUBM 3,5CV 440V 4" BI	5	UND		
11	SERVIÇO DE REBOB MOTOR SUBM 4,5CV 440V 4"BI	5	UND		
12	SERVIÇO DE REBOB MOTOR SUBM 6/7CV 380V 6"	5	UND		
13	SERVIÇO TÉCNICO MOTOR SUBM 4" DE 1-5CV	5	UND		
14	SERVIÇO TÉCNICO MOTOR SUBM 4" DE 5,5CV ACIMA	5	UND		
15	SERVIÇO TÉCNICO MOTOR SUBM 6" DE 1-5CV	5	UND		
16	SERVIÇO TÉCNICO MOTOR SUBM 6" DE 5,5 - 13CV	5	UND		
17	SERVIÇO DE EMBUCH MOTOR SUBM DE 4" DE 1 - 5CV	5	UND		
18	SERVIÇO DE EMBUCH MOTOR SUBM DE 4" 5,5 ACIMA	5	UND		
19	SERVIÇO DE BALANC ROTOR MOTOR SUBM 4"	5	UND		
20	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 4" DE 05 A 10 ESTÁG	5	UND		
21	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 4" DE 11 A 20 ESTÁG	5	UND		
22	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 4" DE 21 A 30 ESTÁG	5	UND		
23	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 6" DE 05 A 10 ESTÁG	5	UND		
24	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 6" DE 11 A 15 ESTÁG	5	UND		
25	SERVIÇO TECNICO BOMBEADOR 6" DE 16 A 20 ESTÁG	5	UND		

**Lote 13**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT	V.TOTAL
1.	CABO MULTIPLEX RIF. 35mm	METRO	300		
2.	CABO MULTIPLEX TRIF. 16mm	METRO	300		
3.	CABO MULTIPLEX TRIF. 10 mm	METRO	300		
4.	CABO MULTIPLEX TRIF. 25mm	METRO	300		
5.	CABO MULTIPLEX MONOF. 16mm	METRO	300		
6.	CABO MULTIPLEX MONOF.10mm	METRO	300		
7.	ALÇA PRÉ MOL. P/CABO 35mm	UNIDADE	50		
8.	ALÇA PRÉ MOL. P/CABO 16 mm	UNIDADE	50		
9.	ALÇA PRÉ MOL. P/CABO 10 mm	UNIDADE	50		



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

10.	CONECTOR PERFURANTE(CDP-70)	UNIDADE	40		
11.	CONEC. PERFU. (CDP- 150/10)	UNIDADE	40		
12.	CONEC. PERFUR. (CDP- 95)	UNIDADE	40		
13.	HASTE P/ATERRAMENTO 3mt	UNIDADE	10		
14.	FIO TORCIDO 0,75mm	PEÇA	05		
15.	FIO FLXÍVEL 1,5 mm	PEÇA	06		
16.	FIO FLEXÍVEL 2,5 mm	PEÇA	06		
17.	FIO FLEXÍVEL 4,00mm	PEÇA	10		
18.	PARAFUSO P/ POSTE 800/600 10''	UNIDADE	150		
19.	BRAÇO P/ POSTE 300X300	UNIDADE	150		
20.	LUMINÁRIA IP 250W E40	UNIDADE	150		
21.	LÂMPADAS PL 4U 34W	UNIDADE	1300		
22.	LÂMPADAS V. METÁLICO 250W	UNIDADE	50		
23.	REATOR P/ LAMP. V.M 250W	UNIDADE	25		
24.	LÂMPADA V. METÁLICO 150W	UNIDADE	100		
25.	REATOR P/ LAMP. 150W	UNIDADE	100		
26.	BOCAL DE LOUÇA PEQUENO	UNIDADE	150		
27.	BOCAL DE LOUÇA G40	UNIDADE	75		
28.	PARAF. DE OLHAU P/ POSTE 10''	UNIDADE	10		

**Lote 14**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL	GLOBAL
01	CAIXA D'ÁGUA DE 500 ML,POLIETILENO,COM TAMPA	UND	20			
02	CAIXA D'ÁGUA DE 1.000 L,POLIETILENO,COM TAMPA	UND	20			
03	CAIXA D'ÁGUA DE 2.000 L,FB DE VIDRO,COM TAMPA	UND	20			
04	CAIXA D'ÁGUA DE 3.000 L,FB DE VIDRO,COM TAMPA	UND	20			
05	BASE PARA CAIXA D'ÁGUA DE 500ML,EM CONCRETO ARMADO, COM 5,0 M DE ALTURA.(DOIS PILARES E UM DISCO),INCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM.	UND	20			



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

06	BASE PARA CAIXA DÁGUA DE 1.000 L,EM CONCRETO ARMADO, COM 5,0 M DE ALTURA.(TRÊS PILARES E UM DISCO),INCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM.	UND	20			
07	BASE PARA CAIXA DÁGUA DE 2.000 L,EM CONCRETO ARMADO, COM 7,0 M DE ALTURA.(TRÊS PILARES E UM DISCO),INCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM.	UND	20			
08	BASE PARA CAIXA DÁGUA DE 3.000 L,EM CONCRETO ARMADO, COM 5,0 M DE ALTURA.(TRÊS PILARES E UM DISCO),INCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM.	UND	20			
						TOTAL

**3. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO REGISTRADO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

**3.1.** O fornecimento deverá ser disponibilizado durante todos os dias da semana, diretamente à unidade requisitante em seus respectivos endereços dentro do Município de Boqueirão do Piauí, cabendo a elas apresentarem requisições com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

**3.1.1.** Outro prazo para entrega do objeto poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração;

**3.2.** O fornecimento do objeto desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, respeitando a previsão do órgão ou ente contratante.

**3.2.1.** Correrão por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento e fiscalização caso detectarem vícios aparentes ou confirmados depois do objeto ser submetido a testes, se necessário, em recebimento provisório, na forma do art. 73, II da Lei n.º 8.666/1993.

**3.2.2.** Por ocasião da entrega aos órgãos requisitantes do Município de Boqueirão do Piauí, os gêneros deverão encontrar-se devidamente acondicionados em embalagens higiênicas, sendo que o transporte destes deverá ocorrer em veículos próprios para este fim, de acordo com as normas sanitárias em vigor.





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**ANEXO II**  
**MINUTA**  
**MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ**

**Ata de Registro de Preços nº**  
**Objeto: Aquisições de .....**  
**Pregão Presencial nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**  
**Validade: 12 (DOZE) MESES**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos dias do mês de ..... do ano de dois mil e dezenove, o **MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ**, por intermédio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, endereço completo com CEP, inscrita no CNPJ sob nº....., doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu/sua Autoridade Competente, o Sr./Srª....., (qualificação, identidade, CPF e endereço completo) e as empresas qualificadas abaixo, nos termos das Leis Federais nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, Decreto Municipal nº 039/2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços para futuras **aquisições de .....** Os preços registrados constam no Termo de Adjudicação que foi devidamente Homologada nos autos, devendo-se observar quanto ao fornecimento às seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para futuras aquisições de ....., disponibilizada aos órgãos e entes do Município de Boqueirão do Piauí, conforme relacionados em anexo, sob especificações técnicas e estimativas médias de consumo planejadas.

1.2. Os bens deverão ser entregues, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes do Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por órgãos e entes estaduais através do competente Termo de Adesão.

**2. FORNECEDOR(ES)**

Nome da Empresa:  
CNPJ:  
Endereço:  
Representante Legal:

**3. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO**

**3.1. Da Solicitação:**

Os órgãos/entes deverão emitir Ordens de Fornecimentos (OF), e conseqüente Empenho Prévio, aos detentores da Ata, depois de celebração de contrato, que deverá ser formalizado pelo responsável do gerenciamento do Sistema.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

### **3.2. Do Fornecimento:**

De posse do documento acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, iniciará o fornecimento de materiais, mediante comprovação ou atesto de realização.

## **4. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre o Município de Boqueirão do Piauí, representado por sua Secretaria de \_\_\_\_\_, através da **Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI**, e a(s) Detentora(s), terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura deste instrumento, não havendo prorrogações.

## **5. PRAZOS, LOCAL E FORMA DE ENTREGA**

- 5.1. Retirada da ordem de fornecimento: Até 03 (três) dias, contados dos respectivos pedidos.
- 5.2. O objeto da Ata de Registro de Preços será recebido conforme o Capítulo XI do Edital.
- 5.3. Os bens, objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser entregues na unidade requisitante ou local por ela designado, conforme discriminado na OF, acompanhado da fatura ou nota fiscal.

## **6. PENALIDADES**

**6.1.** Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades especificadas no Capítulo XV do Edital, que só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos expressamente na comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; ou manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

**6.1.1.** As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**6.2.** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, a critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da AP. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**6.3.** Cabe a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí, na condição de órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

**6.3.1.** Das decisões de aplicação das penalidades, caberá recurso nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002 c/c art. 109 da Lei federal nº 8666/93, observados os prazos fixados no primeiro diploma;

**6.3.2.A** Os recursos devem ser dirigidos a maior autoridade da unidade que praticou o ato recorrido, **protocolizados**, nos dias úteis, no horário de expediente normal da repartição.

**OBSERVAÇÃO:** Não serão conhecidos recursos enviados pelos correios, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

## **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1.** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, seguindo os ditames do Capítulo XII do Edital.

## **8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS**

**8.1.** Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços (12 meses), os preços não serão reajustados, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI à época da abertura das propostas, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, assegurado que fica o reajustamento após doze (12) meses.

**8.2.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a(s) detentora(s) obriga(m)-se a comunicar o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

**8.2.1.1.** Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tinha recebido indevidamente.

**8.3.** O acompanhamento dos preços pela **Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI** não desobriga as unidades requisitantes de efetivarem pesquisa de mercado previamente à efetiva contratação.

## **9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses do Edital e do Decreto Municipal nº 039/2013.

## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo), podendo sempre ser renegociados a menor, quando do chamamento para contratação, considerando os parâmetros dos preços registrados e o comportamento apresentado pelo mercado. A pesquisa de preço realizada deverá constar no respectivo processo de pagamento.

**10.2.** A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**10.3.** O preço a ser pago pelos órgãos e entes é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do SRP, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação através da Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, nesse intervalo de tempo.

**10.4.** Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido na data 24 (vinte e quatro horas) da data da postagem, para todos os efeitos legais.

**10.5.** A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar a **Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI**, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

**10.6.** As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com modificações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir, e ainda ao consenso entre as partes, na forma legal.

**10.7.** O edital, adjudicação e homologação que geraram a presente Ata de SRP é parte integrante deste instrumento.

**10.8.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de SRP, é competente, por força de lei, o Foro do Município de Capitão de campos - PI, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

Boqueirão do Piauí/PI, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Contratante:**  
Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_

**Contratados:**

\_\_\_\_\_



**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**PREGÃO Nº ...../.....**

**CONTRATO Nº \_\_\_/\_\_\_.** Celebrado entre **O MUNICÍPIO DE Boqueirão do Piauí, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_, e a Empresa \_\_\_\_\_ para a .....**

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE Boqueirão do Piauí**, por intermédio da ....., (endereço completo com CEP) inscrito no CNPJ sob nº ....., doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo ( cargo, nome, qualificação, identidade, CPF e endereço completo) do CPF e a empresa....., com sede ..... inscrita no CNPJ, neste ato representada por.....(qualificação, identidade, CPF e endereço completo), firmam o presente **CONTRATO .....**, sujeitando as partes às Leis 10.520/2002, 8.666/1993, bem como o Decreto Municipal nº 039/2004, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com Proposta apresentada pela **CONTRATADA** datada de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste **CONTRATO**, que se regerá, pelas Cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de ....., conforme as condições previstas no instrumento convocatório, e seus anexos, termo de referência e especificações (anexo I do edital).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O preço total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), de acordo com a proposta comercial.

2.2. Segue abaixo a relação de itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
<b>TOTAL</b>					

2.2 No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive transporte, instalação, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao fornecimento dos bens, inclusive garantia.



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**CLAUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:**

**3.1.** Estes objetos deveram ser contratados de acordo com as necessidades dos Órgãos, e fornecidos no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

**3.2.** A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da contratada, formalizando por intermédio de Ordem de Fornecimento.

**3.2.1.** Não haverá quantitativo mínimo para fornecimento dos produtos, cabendo a empresa fornecer exatamente aquilo que for solicitado na ordem de fornecimento.

**3.3.** Fornecimento de natureza contínua, e de forma parcelada, conforme demanda do contratante.

**3.4.** A entrega do objeto desta licitação deverá está designado na ordem de fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento e fiscalização por vícios aparentes ou confirmados depois do objeto ser submetido a testes, caso necessário, em recebimento provisório, na forma do art. 73, II da Lei n.º 8.666/1993.

**3.4.1.** No caso da entrega ocorrer fora do domicílio de Boqueirão do Piauí, não poderá ser incluído na Planilha de Custos as despesas decorrentes do frete.

**3.4.3.** Caso o Produto objeto do **CONTRATO** sofra acidentes durante o transporte, a **CONTRATADA** se obriga a proceder, à suas expensas e no prazo máximo de 05(cinco) dias, contados do pedido formal pelo **CONTRATANTE**, a substituição do BEM perdido ou destruído, assumindo toda a responsabilidade pelos danos decorrentes do acidente, notadamente em relação ao meio ambiente e terceiros.

**3.5.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

3.7. Nos termos dos artigos 73 a 76 da lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

3.7.1. Provisoriamente no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

3.7.2. Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

3.8. Caso não tenha sido atendida as condições contratuais e técnicas no fornecimento, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas, constantes, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto da contratação.

3.9. Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

3.12. A Contratante designará, formalmente, o(s) servidor (es) responsável (eis) pela acompanhamento “in loco” a execução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências do Edital e anexos, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao fornecimento dos bens, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.

4.2. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

4.3. A contratada apresentará à contratante os originais dos documentos fiscais dos produtos fornecidos, sob pena de não serem remunerados pelos mesmo.

4.4. A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

5.1. Fornecer os bens em prazo não superior ao máximo estipulado na ordem de fornecimento.

5.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**5.5.** Realizar o fornecimento na data indicada nas requisições que lhe forem entregues, por escrito ou eletronicamente, quando tenham sido recebidas no local e prazo acima indicados.

**5.6.** Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, à contratante descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.

**5.9.** Entregar o bem nas condições especificadas no edital e na proposta e estipuladas no Edital;

**5.11.** A CONTRATADA não será responsável:

**5.11.1.** Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

**5.11.2.** Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e na Ordem de Fornecimento a ser assinado com a contratante.

**5.12.** A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros intermediários.

**5.13.** Só divulgar informações acerca do fornecimento do objeto deste contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.

**5.15.** Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros para a prestação do fornecimento objeto desse contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**6.1.** A Contratante, após a retirada da Ordem de Fornecimento, compromete-se a:

**6.2.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências da contratante.

**6.3.2.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, exceto quando motivos de ordem superior assim o justificar.

**6.4.3.** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

**6.5.4.** Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato ou Ordem de Fornecimento.

**CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência deste instrumento terá início no dia subsequente ao da publicação do seu resumo no Diário Oficial dos Municípios, até o dia .../.../.....



## **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS**

**8.1.** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da atividade nº \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa nº \_\_\_\_\_ do orçamento da/o \_\_\_\_\_ para o exercício de \_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES:**

As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/1993.

**9.1.** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos itens não fornecidos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

**9.2.** Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstar o acesso à fiscalização do Município de Boqueirão do Piauí, no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização do Município de Boqueirão do Piauí; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

**9.3.** Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Fornecer os produtos em desacordo com o termo de referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
- c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

**9.4. ADVERTÊNCIA**



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Boqueirão do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Município de Boqueirão do Piauí, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

#### **9.5. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

9.6. A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Município de Boqueirão do Piauí;

II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I – Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Município de Boqueirão do Piauí.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I – Fornecer produtos em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Município de Boqueirão do Piauí;

II – Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

III – Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

IV – Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;

V – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Boqueirão do Piauí.

**9.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Boqueirão do Piauí, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Boqueirão do Piauí ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

9.8. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Comissão Permanente de Licitações de Boqueirão do Piauí/PI, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

9.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Boqueirão do Piauí, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Município de Boqueirão do Piauí, em caso de reincidência;
- e) apresentarem ao Município de Boqueirão do Piauí qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/1993.

9.10. Independentemente das sanções a que se referem os itens 9.2. a 9.4., o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Município de Boqueirão do Piauí propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.11. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

9.12. As sanções serão aplicadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

9.13. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.14. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/1993, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Boqueirão do Piauí a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no fornecimento;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Boqueirão do Piauí;

f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Boqueirão do Piauí;

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Boqueirão do Piauí, ponham em risco o fornecimento;



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

- j) Dissolução da sociedade contratada;
- l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Boqueirão do Piauí, prejudique a execução do Contrato;
- m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinada pelo Município de Boqueirão do Piauí e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Boqueirão do Piauí por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Boqueirão do Piauí, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- p) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

9.15. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.16. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras “l”, “m”, “n” e “o”, do inciso “I” do 9.14., sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

II – Pagamento do custo da desmobilização

9.17. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” “i”, “j”, “k” “l” e “q”, poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Boqueirão do Piauí;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;

III - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Boqueirão do Piauí.

9.18. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de Boqueirão do Piauí, que poderá dar continuidade às obras, serviços e fornecimento por execução direta ou indireta.

9.19. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Boqueirão do Piauí, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras, serviços e fornecimento, sem prévia e expressa autorização do Município de Boqueirão do Piauí.

9.20. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

9.21. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**10.1.** Este instrumento, observadas as devidas justificativas, somente poderá ser alterado unilateralmente pela Contratante ou por acordo das partes, nos termos do Artigo 65, da Lei nº 8.666/1993, incisos I e II, Lei nº 8.666/1993;

**10.2.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante unilateralmente entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, preservados que ficam as composições consensuais,

**10.3.** A qualquer tempo, as partes, de comum acordo, poderão celebrar Termos Aditivos ao presente Contrato, objetivando resolver, na esfera administrativa, os casos omissos ou questões suscitadas durante a vigência do mesmo, na forma da Lei nº 8.666/1993 e alterações previstas na Lei nº 8.883/94, conforme conveniência da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS:**

**11.1.** Fazem parte integrante deste Contrato, o edital de licitação, as especificações anexadas ao edital, o termo de referência e todos os outros anexos do edital, a ordem de fornecimento pela Contratante, os preços apresentados pela Contratada e registrados na Ata de Registro de Preços;





**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**11.2.** A Contratada se obriga a manter durante o período de execução deste Contrato as condições exigidas para a habilitação e especificações do objeto;

**11.3.** A publicidade resumida do presente instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 61, da Lei 8.666/1993, com as alterações previstas pela Lei 8.883/94, tudo providenciado pela Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:**

**12.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Capitão de Campos - PI para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Boqueirão do Piauí (PI), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de .....

Contratante:

\_\_\_\_\_

Contratada:

\_\_\_\_\_



**Estado do Piauí**  
**Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí**  
**CNPJ nº 01.612.566/0001-37**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DAS DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no **PREGÃO** Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, cujo objeto é \_\_\_\_\_, em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520/2002, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

**Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, fora dos envelopes.**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Para fins de participação no Pregão Presencial nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ que a(o) empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada no.....(ENDEREÇO COMPLETO), declara por intermédio do seu representante legal, sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO DE MENORES**

Empresa \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, e da Lei Nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de quatorze anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:  
SIM ( ) NÃO ( ).

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)